

Visões da Deficiência no Ordenamento Jurídico Brasileiro: Uma etnografia sobre Deficientes e sua Percepção como Custo.

Ricardo Rodrigues¹

Enmanuel Soares²

Introdução: Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa sobre acesso à justiça desenvolvido em conjunto com a Defensoria Pública da União em Rondônia no município de Porto Velho, iniciado no ano de 2017.

Objetivo: Apresentar um estudo sobre os critérios jurídicos de como se entende e se percebe a deficiência no ordenamento jurídico brasileiro para fins de concessão do Benefício da Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência.

Resultados:

1. Uma Visão Jurídica da deficiência e o Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC)

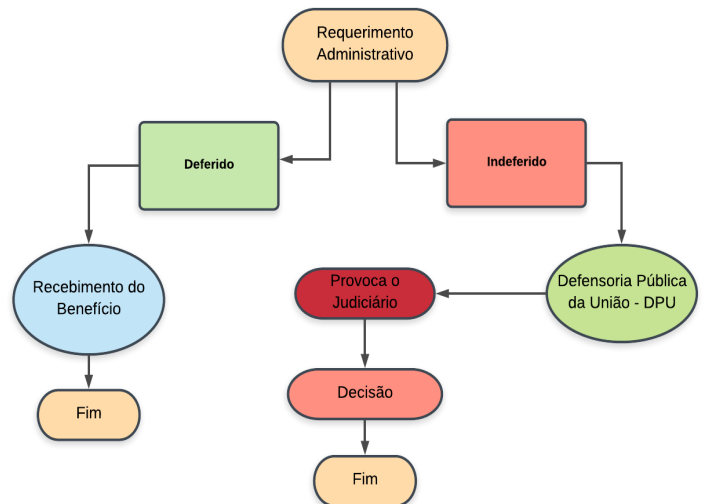
2. Renda Per Capita de $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ de Salário Mínimo;

¹ Sociólogo da Defensoria Pública da União em Rondônia e Doutorando em Direito pela UNESA/RJ. contato email: ricardo.rodrigues@dpu.gov.br.

² Advogada pós graduanda em Direito Aplicado aos Serviços de Saúde pela UNESA/RJ. Contato e-mail: sousasoares.manu@gmail.com

3. Aplicação do Critério de Deficiência

4. Etnografia da DPU em Rondônia e o Benefício da Prestação Continuada ao Deficiente ao Deficiente



Conclusão: A etnografia nos revelou que uma pessoa com deficiência, como no caso estudado (MDB), acarreta maiores gastos, e necessita de maiores cuidados. Este fenômeno socioeconômico produz visões de que os deficientes são um custo, mas a conquista do BPC permite desenvolver uma visão do deficiente como reserva de valor.